

## AS DORES CAUSADAS PELA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: RELATOS DE MULHERES DO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

DULCINÉIA ESTEVES SANTOS<sup>1</sup>; TAYANNE COSTA SILVA<sup>2</sup>; ALESSANDRA GASPAROTTO<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – santosedumedvet@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas – tayanne costa2509@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade Federal de Pelotas – sanagasparotto@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

A cultura do patriarcado na sociedade brasileira faz com que as mulheres sejam vistas como sujeitos subalternos. A partir da lógica do patriarcado, os homens as objetificam, em proporções de forte expressão sexista; as mulheres são notadas como sujeito social inferior (SANTOS, 2022).

Segundo Santos (2023), a violência obstétrica pode ser definida como ação de negligência ou violência física, psicológica e sexual executada contra a mulher no período da gestação, parto, puerpério e abortamento. Seja com intervenções não consentidas ou aceitas frente informações parciais, abuso verbal, ausência de relação interpessoal entre a equipe de saúde e a paciente, prestação de cuidado indigno, abuso físico, assistência livre de confidencialidade, além da discriminação e da estrutura hospitalar imprópria.

O termo “violência obstétrica” foi criado pelo Dr. Rogelio Pérez D’Gregorio, presidente da Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia da Venezuela. A partir disso, nomeou as lutas do movimento feminista pela eliminação e punição dos atos e qualquer violência realizada durante o atendimento e assistência ao parto (SANTOS, 2023).

Segundo a Fundação Perseu Abramo, em pesquisa realizada sobre mulheres brasileiras e gênero no espaços públicos e privados, 25% das entrevistadas, sendo elas 2.365 mulheres, já sofreram algum tipo de violência obstétrica, essas em sua maioria, em atendimentos realizados na rede pública de saúde (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2010).

Na segunda metade do século XX, a violência obstétrica ganhou atenção, com mais estudos sobre o tema, exposições de arte, documentários, ações do judiciário, investigações, ações de diferentes departamentos do setor público, com novas intervenções em saúde pública (CAVALHEIRO; FARIA; DE LIMA, 2021).

No entanto, como apontam estudos realizados por ALMEIDA e RAMOS (2020), apesar de leis com o objetivo de assistir a gestante, para garantir sua integridade física e também a dignidade humana, em aparatos jurídicos, o que se nota é a violação desses direitos, levando à violência obstétrica. Com isso, a não punição para os casos de descumprimentos da lei do acompanhante e a falta de legislação específica para a violência obstétrica permitem que a mulher sofra mais experiências negativas, tanto em momentos que antecedem o parto, durante e depois.

O parto é um momento crítico, imprevisível, é uma situação de passagem de um estágio a outro, com isso é um processo que envolve o organismo inteiro, a partir dele será o primeiro passo da sobrevivência sem a mãe. Nisso, a história pessoal, contexto sociocultural, nível de informação a respeito, características da personalidade e níveis de simbolismo são fatores que influenciam muito (SILVA; FARIA, 2023).

Diante do exposto e a importância desta temática - a violência obstétrica, este trabalho apresenta dados de uma pesquisa que buscou coletar informações de mulheres, que tinham relatos sobre o tema, no intervalo de abril a junho de 2021, especificamente na região sul do Rio Grande do Sul (RS). Com isso, tem como objetivo analisar e discutir os dados adquiridos, visando exposição e provocação sobre o tipo de violência e que

mulheres desta estatística possam notar a importância de falarmos sobre as nossas dores.

## 2. METODOLOGIA

Ainda sob contexto da pandemia da Covid-19, foi iniciada em abril de 2021 uma pesquisa quali-quantitativa intitulada “Violência obstétrica: uma dor além do parto”, por uma discente do curso de Enfermagem e bolsista do Programa de Educação Tutorial Diversidade e Tolerância (PET-DT) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Houve a elaboração de um formulário no *google forms* com dezoito perguntas, sendo quatorze objetivas e quatro discursivas, que foi divulgado nas redes sociais do grupo e também grupos de whatsapp de bolsistas do PET-DT, visando maior alcance. As respostas se deram no intervalo de abril a junho do mesmo ano. Os dados foram sistematizados através de planilha google, no qual foi possível filtrar informações para melhor interpretação. O objetivo da pesquisa foi obter informações acerca da violência obstétrica através de mulheres da região sul do RS. Essas mulheres responderam ao formulário de forma voluntária e os dados foram trabalhados de forma totalmente sigilosa.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Das 119 respostas obtidas na pesquisa, as mulheres que foram vítimas da violência obstétrica na região sul do RS, 55,4% dos casos foi na cidade de Pelotas, já as respondentes em que não identificou o local foi 37,0% e de outros municípios da região sul foi 7,6% das respondentes. Ao avaliar a questão sociodemográfica 42,9% acima de 35 anos de idade; de 26 a 35 anos foi 41,2% das respondentes, enquanto de 15 a 25 anos foi de 15,9%. E ainda, a maioria das respondentes estavam na pós-graduação, representando 31,1%, e Ensino Médio completo 24,4%, enquanto superior incompleto 16,0% e 12,6% Ensino Fundamental incompleto. Sobre o conhecimento sobre o assunto, 87,4% disseram ter informações sobre o tema.

Ao responderem a respeito da cor, 76,5% era branca, 10,9% era negra e 10,1% era parda, (lembrando que, em características de etnia, as mulheres autodeclaradas pardas são negras), sendo 21,0% negras correlacionando os dados ao fato de que, quem se declara parda, na verdade é negra (PRUDENTE, 2020).

Sobre as narrativas apresentadas, foram muitas expressões de dores, tristeza e também indignação por parte das mulheres, ao responderem qual foi o tipo de violência obstétrica vivenciada, elencando os dramas vividos. A (narrativa 1) explicita a dor: “*Não deixaram minha família entrar em contato comigo durante quase 12 horas de trabalho de parto, diziam pra aguentar a dor, que no outro ano estaria ali ganhando outra [...].*” Situações como essa também foram observadas no estudo realizado por Almeida e Ramos (2020), no qual abordam que a garantia do direito a acompanhante garante a segurança da parturiente e seu bem estar no trabalho de parto, cujo descumprimento contra a vontade da gestante caracteriza violência obstétrica.

Sobre a episiotomia, Silva e Faria (2023), apresentam que é uma incisão cirúrgica na região perineal da mulher, prática muito questionada, a respondente (narrativa 2) descreve suas angústias: “*[...] eu levei pontos pois me deram um corte [...], quando levei os pontos senti todos, pois só passaram um líquido que não adiantou nada [...].*” Ainda sobre o mesmo procedimento (narrativa 3) a vítima apontou: “*Foi feito o corte da episiotomia sem minha permissão. 21 anos atrás não sabia que havia sido violada, demorou muito tempo para descobrir que não era normal.*” Situações como estas foram descritas por Saraiva e Campos (2023), no qual apontam que não há como naturalizar casos de mutilação, como a episiotomia sem prévio comunicado, a não administração de

anestesias, tendo a lógica racista e sexista, a qual dissemina também, falsamente, a ideia de que a mulher negra é forte e parideira, lembrando que essas são 21,0%, neste recorte.

Segundo Saraiva e Campos (2023), ao abordar sobre a sociedade racista, patriarcal, sexista, colonialista e elitista, nem todas as mulheres podem usufruir do mito do amor materno. Com isso, mais uma contribuinte para a pesquisa descreveu, explicitando novamente a dignidade ferida, pois disse (narrativa 4): *“Tive as pernas amarradas. A médica obstetra pediu pro pediatra de plantão empurrar minha barriga pra minha filha sair [...] a médica fez o corte da vagina em direção ao ânus.”* Em mais uma experiência, outra mulher descreve então sua dolorosa experiência (narrativa 5):

A doutora decidiu me cortar sem anestesia que senti aquela dor horrível do corte. Só assim, cansada de fazer força, minha filha conseguiu sair. Quando a doutora foi retirar a placenta sem me avisar apertou minha barriga que senti uma dor com falta de ar. Na hora de me costurar, ‘tava’ sem anestesia, tive que pedir pra que aplicasse.

Outras experiências relatadas: *“Durante e após meu parto, em hospital público ouvi muitas frases do tipo: ‘entrou tem que sair, na hora de fazer não doeu, daqui a um ano ou menos estás aqui de novo’* descreveu então a mulher, na (narrativa 6); *“Até hoje me lembro, já se passaram 16 anos. Fiquei triste, depressiva, comecei a ver a maternidade com medo”*, assim descreveu as suas tristes memórias, a outra mulher em (narrativa 7). Esse relato vai ao encontro de Almeida e Ramos (2020) quando apontam *“É importante que a paciente tenha suporte emocional atrelado aos sentimentos de segurança e confiança, levando à diminuição do nível de estresse materno e depressão pós-parto.”*

Descreveu então a respondente (narrativa 8): *“Não conseguia aproveitar os momentos iniciais com ela pois sentia muita dor por conta do corte, hoje ela me explica que isso foi uma violência que sofri, em 1999 não se falava sobre isso e tive que sofrer calada.”* Toda essa angústia e, possível falta de informação das respondentes, se conecta com o fato apresentado por Almeida e Ramos (2020) que fazem a reflexão em relação ao direito ao acompanhante, que quando a parturiente tem conhecimento sobre seus direitos para exigir, considerando os possíveis impactos na sua saúde e do bebê, as mulheres que tinham acompanhantes relataram mais satisfeitas com o atendimento e afirmam terem recebido mais informações.

No entanto, a maioria das respondentes afirmaram que não tiveram autonomia de decisão, não permitiam acompanhantes, e ainda, a privação de contato com a criança recém-nascida. Nesse sentido, a efetivação da garantia do direito a acompanhante a segurança da parturiente e bem estar durante o trabalho de parto, já o descumprimento contra a vontade da gestante implica em violência obstétrica. Além disso, 98,3% das respondentes acreditam que deveria ter um plano assistencial para atendimento de casos de violência obstétrica.

#### 4. CONCLUSÕES

Os dados sobre a pesquisa apontam que a presença da violência obstétrica na região sul do RS é tão atual quanto as demais violências rotineiras na vida das mulheres, já que numa sociedade sexista e misógina, ser mulher é cotidianamente um ato de resistência.

Diante disso, os dados da pesquisa, que ainda resguardam outras narrativas fortes, apontam a gravidade do tema, e a devida importância que a violência obstétrica deveria obter nos ambientes de saúde, inclusive com Políticas Públicas de acolhimento e orientações para notificação compulsória junto ao Sistema Único de Saúde. Ademais, as

autoras sugerem mais pesquisas, com objetivo de maior visibilidade sobre a temática, uma vez que toda violência contra as mulheres deve ser combatidas, mas não somente pelas mulheres, mas também pela sociedade civil.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, N. M. O.; RAMOS, E. M. B. O direito da parturiente ao acompanhante como instrumento de prevenção à violência obstétrica. **Caderno Ibero-Americanos de Direito Sanitário**. Brasília, 9(4):out./dez., 2020.

Disponível em: [O direito da parturiente ao acompanhante como instrumento de prevenção à violência obstétrica | Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário \(fiocruz.br\)](#) Acesso em: 10 de set de 2023.

CAVALHEIRO, E. A. M.; FARIA, G.; DE LIMA, M. K. D. G. Violência obstétrica: revisão de literatura. **Revista Artigos. Com**, v. 26, p. e 6695, 1 mar. 2021. Disponível em: [Violência obstétrica: revisão de literatura | Revista Artigos. Com \(acervomais.com.br\)](#) Acesso em: 10 de set de 2023.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO (Brasil). Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado. Disponível em: [Pesquisa Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado 2010 - Fundação Perseu Abramo \(fpabramo.org.br\)](#) Acesso em: 09 de set 2023.

PRUDENTE, E. Dados do IBGE mostram que 54% da população brasileira é negra. **Jornal da USP**. São Paulo, 31 de julho de 2020. Disponível em: [Dados do IBGE mostram que 54% da população brasileira é negra – Jornal da USP](#) Acesso em: 10 set. 2023.

SANTOS, D. E. Assédio moral e sexual na universidade: os desafios enfrentados pelas mulheres. *Fronteiras Feministas na Pandemia: Diálogo Brasil – Uruguai /2021. Coleção Estudos Feministas*. Ed. Polifonia. v. 1, p. 136-144, Porto Alegre. Disponível em: [\(PDF\) Coleção Estudos Feministas \(researchgate.net\)](#). Acesso em: 10 set. 2023.

SANTOS, L. H. S.; et al. O Papel do Enfermeiro na Prevenção da Violência Obstétrica: revisão integrativa. **Revista Científica da FacMais**. v.10 n.1, 2023.

Disponível em: [Vista do O PAPEL DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: REVISÃO INTEGRATIVA \(facmais.edu.br\)](#) Acesso em: 09 set. 2023.

SARAIVA, V. C. S. CAMPOS, D. S. A carne mais barata do mercado é a carne negra: notas sobre o racismo e a violência obstétrica contra mulheres negras. **Ciência & saúde coletiva**. Rio de Janeiro, 28(9): 2511-2517, 2023. Disponível em: [SciELO - Brasil - A carne mais barata do mercado é a carne negra: notas sobre o racismo e a violência obstétrica contra mulheres negras A carne mais barata do mercado é a carne negra: notas sobre o racismo e a violência obstétrica contra mulheres negras](#) Acesso em: 19 set. 2023.

SILVA, J. E. M. FARIA, H. M. C. Violência Obstétrica no Parto: um grito Silencioso e Silenciado. **Cadernos de psicologia**. Juiz de Fora, v. 5, n. 9, p.787-813, 2023.

Disponível em: [VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO PARTO: UM GRITO SILENCIOSO E SILENCIADO | Silva | CADERNOS DE PSICOLOGIA \(uniacademia.edu.br\)](#) Acesso em: 10 set. 2023.